



Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprova a LOA 2026 com foco em investimentos, transparência e equilíbrio fiscal

Texto define a previsão de receitas e fixa as despesas do município para o próximo ano



Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprovou isenção de taxas para templos religiosos na última semana



Nova Iguaçu - A Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprovou, em sessão plenária realizada nesta semana, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. O texto define a previsão de receitas e fixa as despesas do município para o próximo ano, garantindo a continuidade de políticas públicas essenciais e o planejamento responsável dos recursos públicos. A receita estimada é de R\$ 2,7 bi.

A LOA 2026 estabelece prioridades para áreas estratégicas como saúde, educação, infraestrutura urbana, segurança pública, assistência social e desenvolvimento econômico. Os vereadores destacaram que o orçamento aprovado reforça o compromisso da Casa com a eficiência administrativa, a responsabilidade fiscal e a melhoria da qualidade de vida da população.

O presidente da Câmara, Dr. Marcio Guerreiro, ressaltou a importância da participação dos parlamentares durante o processo de análise e votação.

“A aprovação da LOA é um dos momentos mais importantes do ano legislativo. Trata-se de garantir que os recursos cheguem aonde a população mais precisa. A Câmara atuou com responsabilidade, diálogo e transparência para que Nova Iguaçu tenha um orçamento eficiente e capaz de promover avanços reais em 2026”, afirmou.

Durante a tramitação, parlamentares apresentaram sugestões e apontamentos que reforçaram demandas populares, como o fortalecimento de programas sociais, melhorias na rede municipal de saúde e investimentos em mobilidade urbana. A Casa também destacou a importância da fiscalização contínua para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas.

Com a LOA 2026 aprovada, o Poder Executivo municipal está autorizado a executar o planejamento financeiro no próximo ano, seguindo os parâmetros definidos pela Câmara. O orçamento passa agora à sanção do prefeito.